

GT14: Antropologia dos Grandes Projetos: efeitos, conflitos e práticas de poder

Deborah Bronz, Raquel Oliveira

Desde a década de 1980, a antropologia brasileira tem se debruçado sobre os efeitos sociais de grandes projetos, examinando os processos dramáticos de mudança socioambiental desencadeados pela construção de hidrelétricas. Inicialmente com foco sobre a atuação do setor elétrico, as experiências de deslocamento compulsório e as formas de mobilização e resistência organizadas, essa literatura permitiu a problematização da noção gerencial de "impacto" e apontou a importância do exame etnográfico de tais processos eminentemente conflituos. Mais recentemente, ampliando tais abordagens para os estudos dos conflitos ambientais e das práticas de poder, a temática ganha relevância renovada, tendo em vista a intensificação da desregulação no campo ambiental, o contexto de multiplicação dos grandes projetos - extrativos, de infraestrutura, agroindustriais - e a recorrência dos desastres a eles associados. Este grupo de trabalho pretende reunir pesquisadores dedicados à compreensão dos conflitos ambientais, dos desastres, ao exame dos processos de violação de direitos e das iniciativas e estratégias políticas de enfrentamento mobilizadas pelas populações atingidas. Convidamos, ainda, antropólogos dedicados à análise das práticas de estado, institucionais e empresariais associadas aos grandes projetos, ligadas ao planejamento, à promoção da responsabilidade social corporativa e às estratégias de prevenção, pacificação ou domesticação dos conflitos.

A centralidade da dimensão ambiental nos conflitos entre o Setor Elétrico, o Estado e movimentos de atingidos - Tucuruí, Pará

Autoria: Rodica Weitzman

Este trabalho ressalta de que modo a dimensão ambiental ganha centralidade enquanto elemento de argumentação e disputa entre os movimentos classificados como "atingidos", setores empresariais e instituições estatais, tendo como marco os problemas ambientais decorrentes à obra hidrelétrica em Tucuruí que foram se agravando a partir dos anos 85. O recorte metodológico deste estudo é a construção de uma memória do vivido com base na análise de um acervo arquivístico que é gerado dentro de um processo de interação social. Os conjuntos documentais nos fornecem pistas para demonstrar a evolução das configurações organizacionais, desde as expressões embrionárias de resistência dos "desapropriados", "expropriados" e "atingidos", durante as fases iniciais de intervenção da empresa Eletronorte na região de Tucuruí, Pará, até sua adesão gradativa a um movimento abrangente e diversificado que tem como ápice a consolidação de repertórios de ação política face a?as alterac?oes dra?sticas no quadro socioambiental. Nos meados dos anos 80, as reivindicações trazidas para o plano político - por parte dos movimentos de atingidos - não eram direcionadas apenas para as lacunas detectadas nas abordagens adotadas, como a insuficiência das medidas compensatórias para atender as populações atingidas. Passaram a ser mais propositivas, a partir de um questionamento dos critérios que determinaram sua eficácia em termos "técnicos". Logo, novas bandeiras foram erguidas, como a "luta por pesquisas e estudos." A intenção deste trabalho é decifrar os significados inerentes às estratégias de argumentação que eram construídas pela explicitação de fatos empíricos - se apoiando na visão da "ciência" enquanto um mecanismo de comprovação daquilo que é vivido no cerne da vida cotidiana e que ganha legitimidade por meio de abordagens alicerçadas na pesquisa e na investigação dos fatos. Assim, no cerne de conflitos entre aqueles que coordenam as intervenções e aqueles que são sujeitados/as aos efeitos visíveis e invisíveis deste *modus operandi* do mundo empresarial, a opção

pela explicação científica dos efeitos ambientais por meio do desenvolvimento de pesquisas e da documentação cuidadosa destes dados empíricos se torna uma ferramenta potente de contestação das posturas institucionais da Eletronorte e dos seus aliados estratégicos.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

